



Trabalho Infantil no Brasil 2001

Sumário

PNAD/SIMPOC 2001

Pontos importantes

- Sistema de pesquisas domiciliares existe no Brasil desde 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD;
- Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investiga características socioeconômicas: população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.
- A PNAD, a partir de 1971, passou ser anual com realização no último trimestre do ano. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.
- A pesquisa da PNAD de 1992 agregou os temas suplementares: migração, fecundidade e nupcialidade. O conceito de trabalho tornou-se mais abrangente
- Esta mesma abrangência foi mantida em 1993 e 1995.
- Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD
- Em 1996, foram retirados dois tópicos para possibilitar a inclusão do tema suplementar mobilidade social: (trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo) e um tema (nupcialidade).
- Em 1997, além dos tópicos e do tema excluídos em 1996, foi retirado o tema mobilidade social.
- Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foram incluídos o tema suplementar saúde e o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- Em 1999 foi excluído o tema saúde e mantidos os demais aspectos pesquisados em 1998.
- Em 2001, em relação aos aspectos pesquisados em 1999, foi ampliado o conteúdo do tema domicílio e retirado o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade, uma vez que foi incluída pesquisa suplementar sobre trabalho infantil.
- Para cobrir os aspectos objetivados nessa pesquisa, o limite mínimo de idade para passou de 10 anos para 5 anos, foram incluídos tópicos de saúde e segurança no trabalho e complementar de educação para o contingente de 5 a 17 anos de idade, e agregada a investigação de alguns aspectos nos temas migração e fecundidade.



ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO TRABALHO



O Brasil sem
trabalho infantil doméstico
Um movimento de liberdade

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Trabalho Infantil no Brasil 2001

- A abrangência geográfica da PNAD vem se ampliando gradativamente. Para as pesquisas da década de 90 e para a de 2001 esta abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação.
- Entretanto, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos a partir de 1992 para as publicações da PNAD, as estatísticas apresentadas para a Região Norte referem-se somente à sua parcela urbana

CONCEITUAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS INVESTIGADAS

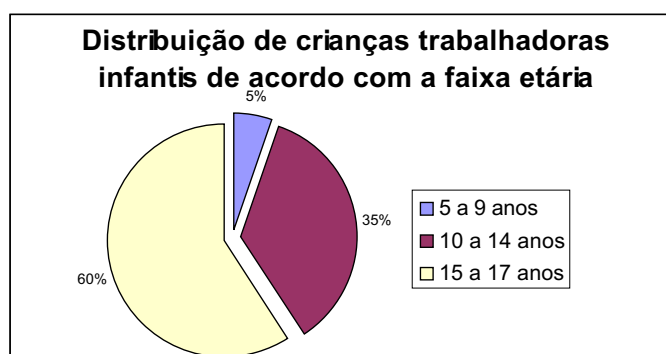
- A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).
- As características gerais de migração e de educação foram pesquisadas para todas as pessoas e as complementares de educação foram investigadas para o contingente de 5 a 17 anos de idade.
- As características de trabalho e rendimento foram investigadas para as pessoas de 5 anos ou mais de idade e as de saúde e segurança no trabalho, para as pessoas de 5 a 17 anos de idade.
- O levantamento das características de fecundidade abrangeu as mulheres de 15 anos ou mais de idade.

ALGUNS NÚMEROS

- O estudo revela que, no Brasil, existiam 5.482.515 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando, em 2001. Dessas, 296.705 tinham de 5 a 9 anos e 1.935.269, de 10 a 14 anos, num total de **2.231.974 crianças** com menos de 14, trabalhando.

Homens: 3.570.216 e Mulheres: 1.912.299

Idade	Qtde.
5 a 9 anos	296.705
10 a 14 anos	1.935.269
15 a 17 anos	3.250.541

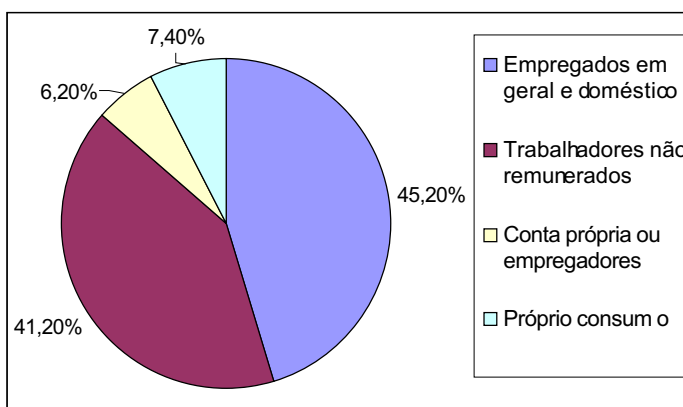


Trabalho Infantil no Brasil 2001

Redução de (Ano de referência)

Ano	Crianças no trabalho
1992	8.423.448
1995	8.233.623
1998	6.648.296
1999	6.492.745
2001	5.482.515

- 2.940.933 foi o número de crianças que deixaram de trabalhar de 1992 até 2001
- Redução de 34,9% em termos absolutos
- Do total de crianças e adolescentes ocupados, nas áreas urbana e rural, 45,2% era de empregados em geral e de trabalhadores domésticos; 41,2% eram trabalhadores não remunerados; 6,2% eram trabalhadores por conta própria ou empregadores e 7,4% trabalhavam na produção para o próprio consumo.



- 3 - Das 5,4 milhões de crianças trabalhando, 4.400.454 trabalham e estudam. As demais, 1.081.579, trabalham e NÃO estudam.
- 4 - Dos 4,4 milhões que trabalham e estudam, 1.131.561 trabalham **40 horas ou mais** por semana. Dos que trabalham e não estudam, 705.037 trabalham 40 horas ou mais por semana. Isto significa que cerca de um terço das crianças e adolescentes que trabalham (5,4 milhões), ou seja, 1.836.598 cumprem jornada de adulto, de 40 horas ou mais por semana.
- Entre os estados, o destaque é São Paulo, onde 53,3% (398.837) das crianças e adolescentes trabalham 40 horas ou mais por semana, seguindo de Rondônia (52%) e Mato Grosso (48,5%).



Trabalho Infantil no Brasil 2001

- 5 - Mais da metade das crianças e adolescentes que trabalham (51,2%) utilizam produtos químicos, máquinas, ferramenta ou instrumento no trabalho. Este percentual é mais elevado na atividade agrícola. Entre as regiões, a Sul tem o percentual mais elevado (58,5%), seguido do Nordeste, com 53,3%.
- 6 - Das 5,4 milhões de crianças e adolescentes que trabalhavam, 48,6% não tinham nenhuma remuneração (41,2% de trabalhadores não remunerados mais 7,4% de trabalhadores para o próprio consumo). Estes percentuais variam de cerca de 71% em Alagoas e Maranhão a 17,1% no DF e 18,1% em São Paulo. Das que tinham remuneração, 41,5% ganhavam até meio salário-mínimo e 35,5% ganhavam de meio a um salário, o que significa que 76% das crianças ganhava até um salário mínimo. Somente 0,4% delas ganhava mais que três salários mínimos de remuneração.
- 7 - Quanto menor o rendimento da família, maior a ocupação de crianças e adolescentes. Na famílias que ganham até meio salário-mínimo, o percentual de crianças ocupadas foi de 18,9%. Nas famílias que ganhavam 10 salários-mínimos ou mais, a taxa foi de 7,5%.

Renda familiar	Crianças ocupadas
Até ½ salário mínimo	18,9%
10 salários ou mais	7,5%

- 8 - Quanto mais numerosa a família, mais crianças trabalhando. Nas famílias com 7 pessoas ou mais, cerca de 20% das crianças de 5 a 17 anos trabalhavam. Enquanto nas de menos de 7 pessoas, a proporção era de 11%.

Tamanho da família	Crianças ocupadas
7 pessoas ou mais	20 %
Menos de 7 pessoas	11 %



ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO TRABALHO



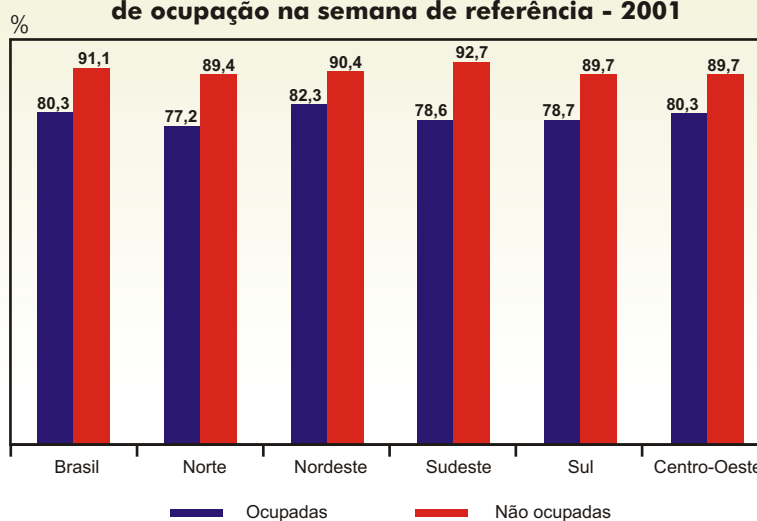
O Brasil sem
trabalho infantil doméstico
Um movimento de liberdade



Trabalho Infantil no Brasil 2001

- 9 - A taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, que não trabalhavam, era muito superior à das crianças que trabalhavam, com diferença de mais de 10 pontos percentuais, respectivamente de 91,1% e 80,3%.

Gráfico 1 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo a situação de ocupação na semana de referência - 2001



Fonte: IBDE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Empregos e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

(1) Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

- 10 - Das 43,1 milhões de crianças brasileiras, de 5 a 17 anos de idade, 15,5% estavam inscritas ou eram beneficiárias de programas sociais voltados para a educação.

EDUCAÇÃO

- Houve avanço expressivo no nível de escolarização de 1992 a 2001 (5-17 anos). A parcela que não frequentava escola diminuiu de 46,1% para 23,8% no grupo de 5 e 6 anos, de 13,4% para 3,5% no de 7 a 14 e de 40,3% para 18,9% de 15 a 17 anos.
- Houve uma aproximação dos níveis de escolarização das regiões no período, ainda que a região sudeste tenha mantido seu nível mais alto.
- A grande maioria dos estudantes de 5 a 17 anos frequentava escola da rede pública (86%); Os Estados do Rio de Janeiro e Distrito Federal tiveram os menores percentuais de crianças e adolescentes na rede pública: respectivamente 74% e 76,6%.
- A crianças que permaneciam na escola mais de 4 horas representavam 41,5% (5-17 anos). Esta proporção foi menor para o grupo de 5 e 6 anos.
- O percentual de estudantes que permaneciam mais de 4 horas diárias na escola foram da rede privada de ensino (54,3%) contra 39,4% da rede pública;





Trabalho Infantil no Brasil 2001

- Esse distanciamento foi maior no grupo de 15 a 17 anos: 42,5% para rede pública contra 71,2 da rede privada;
- No DF, 83% dos estudantes permanecem mais de quatro horas diárias na escola, seguido por SP, com 72,6%;
- Dois dos motivos de destaque que impedem as crianças de frequentar a escola é a realização de tarefas (seja uma atividade econômica ou afazeres domésticos) e a dificuldade de acesso a escola, ou pela distância ou por falta de vagas.
- Do conjunto de pessoas entre 5-17 anos que não eram estudantes, 12,1% não frequentavam a escola por terem que ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho; 14,7% porque não existia escola perto da residência e não terem conseguido vaga. Essas explicações foram diferentes nas várias faixas etárias:

5-9 anos = 0,3% (1ª explicação) 25,5% (2ª explicação)

10-14 anos = 9,8% (") 10,2% (")

15-17 anos = 24,1% (") 5,9% (")

- 15,5% das crianças de 5-17 anos estavam inscritos ou beneficiárias de programas sociais voltados para educação. No grupo de 7-14 anos o percentual atingiu 21,9%.
- A taxa de escolarização do contingente beneficiário de programas sociais alcançou 98,9%. Demais crianças a taxa foi de 88,1%.
- O nível de escolarização (5-17) foi crescente na medida que aumentava a faixa de rendimento das famílias a que pertenciam: Rendimento mensal até ½ SM = 83,1% e 10 SM ou + foi de 97,9%. Essa tendência foi observada em todas as regiões.

OCUPAÇÃO

- As crianças ocupadas apresentaram nível de escolarização menor do que aqueles que não trabalhavam. 80,3% contra 91,1%. Esse distanciamento foi observado em todas as regiões e UF.
- O nível de ocupação vem apresentando redução ao longo dos anos. Fatores: políticas implementadas pelas três esferas governamentais. De 1992 para 2001, o nível de ocupação das crianças passou de 3,7% para 1,8% no grupo de 5 a 9; de 20,4% para 11,6% no de 10-14 e de 47,0% para 31,5% no de 15-17%.
- A queda ocorreu em todas as regiões. Em 2001, as regiões NE e S continuam apresentando percentuais mais elevados de crianças ocupadas.
- O percentual de ocupados no grupo 15-17 foi maior no S e nos de 5-9 e de 10-14 no NE.
- As UF que apresentaram mais baixos índices de ocupação de 5-17 anos foram o DF (4,5%) e RJ (4,8%);



ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO TRABALHO



O Brasil sem
trabalho infantil doméstico
Um movimento de liberdade

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Trabalho Infantil no Brasil 2001

GÊNERO

O nível de ocupação descreceu para ambos os gêneros de 92 a 01.

- A exemplo do que ocorre na população adulta, o contingente do sexo masculino ocupado de 5 a 17 anos manteve-se maior (em todas as faixas etárias):
- 5 a 9 anos = 2,6% M / 1,0% F
- 10 a 14 anos = 15,3% M / 7,8% F
- 15 a 17 anos = 39,9% M / 23,1% F
- > 18 anos = 78,4% H / 49,9% F

JORNADA

- 1/3 da população de 5 a 17 anos ocupada trabalham 40 horas ou mais por semana;
- No grupo de ocupados que NÃO freqüentava a escola, 65,2% (MAIORIA) dedicava 40 ou + no trabalho, enquanto que os que estudavam esse percentual era de 25,7%;
- O grupo de crianças ocupadas de 5 a 9 anos concentrado em trabalhos de até 20 horas semanais (83%)
- De 10 a 14 anos 9,8% do contingente de ocupados que eram estudantes cumpriam jornada de =/+ 40 horas e 51,9 % dos que NÃO freqüentavam a escola.
- Para a faixa de 15 a 17 os percentuais foram respectivamente de 40,2% e 69,4%

ATIVIDADE

- A medida em que aumenta a faixa etária, a participação da parcela de crianças ocupadas inseridas na atividade agrícola diminuiu.
- A atividade agrícola absorveu 43,4% do contingente de 5 a 17 anos
- No grupo de 5 a 9 anos o percentual foi de 75,9% (três de cada quatro crianças trabalhava na atividade agrícola)
- No de 10 a 14 anos = 56%
- No de 15 a 17 = 32,9%
- Na população ocupada adulta esse percentual é de 19%
- A concentração é diferente pelas regiões.

REMUNERAÇÃO

- Na medida em que aumentava a faixa etária crescia o envolvimento em atividades remuneradas.
- No contingente ocupado de 5 a 17 anos, 45,2% eram empregados ou trabalhadores domésticos;





Trabalho Infantil no Brasil 2001

- 6,2% eram conta-própria ou empregadores;
- 41,2% eram trabalhadores não-remunerados e
- 7,4% trabalhavam na produção para o próprio consumo
- Na faixa de 5 a 9 anos, 92% trabalhavam sem contrapartida de remuneração (72,3% não remunerados e 19,7% produção próprio consumo)
- Na faixa de 10 a 14 anos, 67% não era remunerado
- Na faixa de 15 a 17 anos, 1/3 eram de não-remunerados
- Na região SE, 29,1 trabalhava sem contrapartida de remuneração (menor que as demais)
- As UF que tiveram menor índice foram SP = 18,1% e DF = 17,1%.
- A proporção de crianças ocupadas sem remuneração em atividade agrícola foi muito superior à em não-agrícola: 83,5% contra 21,8%;
- As crianças ocupadas que recebiam remuneração estavam concentradas nas faixas de rendimento menores;
- Entre os ocupados, somente 0,4% ganhavam mais de 3SM; 41,5% até 1/2 SM e 35,5% de mais de 1/2 a 1 SM;
- Na região NE, 65,1% ganham até 1/2 SM. Essa proporção é substancialmente mais elevada que as demais regiões.
- Nas regiões SE, S e CO as maiores proporções ficaram na faixa de 1/2 a 1 SM por mês.

FAMÍLIA

- Nas famílias maiores, o nível de ocupação das crianças foi mais elevado. Aquelas com 7 membros ou mais, 20% eram ocupados.
- Nas famílias com menos de 7, o percentual era de 11%. Esse comportamento foi observado em todas as regiões;

SAÚDE

- Cerca da metade das crianças e adolescentes ocupados no ano de referência utilizavam produtos químicos, máquinas, ferramenta ou instrumento no trabalho.
- Esse percentual foi maior nas atividades agrícolas;
- Região S o percentual de ocupados 5 a 17 anos que utilizavam produtos químicos, máquinas, ferramenta ou instrumento no trabalho foi mais elevado que as demais regiões



ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO TRABALHO



O Brasil sem
trabalho infantil doméstico
Um movimento de liberdade